

## NOTA PÚBLICA

### TODOS OS ESFORÇOS POLÍTICOS E SOCIAIS NA REALIZAÇÃO DA CONAPE 2022

*A conjuntura não permite reforçar um espaço tomado por um Golpe*

*É que, para os autoritários, a democracia se deteriora quando as classes populares estão ficando demasiado presentes nas escolas, nas ruas, nas praças públicas, denunciando a feiúra do mundo e anunciando um mundo mais bonito. Paulo Freire*

O Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) – composto por 44 entidades nacionais -, vem a público manifestar sua posição no sentido de que todas as entidades do campo educacional e suas bases sociais envidem esforços, políticos e sociais, **exclusivamente em favor da realização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape 2022), em detrimento de qualquer apoio à Conae 2022.**

Depois do Golpe de 2016, a despeito dos esforços e tentativas da coordenação legítima do FNE à época, no sentido de dialogar e construir a Conae 2018, foi editada, de forma unilateral pelo ministro Mendonça Filho, a Portaria Nº 577 (de 27 de abril de 2017) revogando as portarias anteriores e dispoendo sobre uma composição do FNE que, na prática, dissolveu o espaço de Estado, plural e representativo.

A publicação se harmonizava com outra decisão arbitrária do Governo, que editou, no dia 26 de abril de 2017, decreto revogatório da Conae, alterando as deliberações democráticas e colegiadas anteriores do Pleno do FNE sobre a conferência. Tais medidas não foram discutidas com o conjunto das entidades do FNE nem tampouco com o coordenador do FNE à época (eleito por unanimidade pelos pares, do governo e da sociedade), conforme estabeleciam as normatizações em vigor e a cultura, até então, de relacionamento respeitoso com as entidades nacionais representativas do campo educacional.

Importante rememorar: foram **excluídas** a Abmes, Anec, ANPEd, Cedes, CNC, Contee, Fasubra, Forumdir e Proifes-Federação. Passaram **à condição de postulantes**, “disputando vaga”, ABGLT, UBM, Cadara, Ceert e CNEEI; Fóruns de EJA, Campanha Nacional pelo Direito a Educação, Todos Pela Educação e Mieib; CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST; Contag, MST e Sintraf. **Passou exclusivamente ao ministro de plantão** a prerrogativa de “nomear um titular e um suplente entre os indicados para a composição do FNE”, ao arrepio da regra até então vigente: decisão criteriosa e democrática pelo Pleno do FNE (representações de governo e sociedade civil). Ou seja: o ministro tomou para si a responsabilidade de ‘arbitrar’ quem entra e quem sai do FNE, passando por cima dos regulamentos e procedimentos, públicos e democráticos, que dispunham sobre ingresso de entidades, sob a exclusiva avaliação e deliberação do Colegiado do Pleno do FNE.

Reforçamos: entidades foram excluídas, outras subsumidas e outras se retiraram. Esta realidade não se alterou, foi criado o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), a Conae 2018 aconteceu neste cenário de arroubo autoritário e, agora, o FNE e a Conae de 2022 são organizados sem questionar e lutar para alterar esta realidade.

O FNE, de caráter permanente e de interação democrática, que defendemos, tem a finalidade de coordenar as conferências nacionais de educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes fóruns de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, **com apoio do Governo, e não sob sua tutela, mando e subserviência.**

O Fórum Nacional de Educação (FNE), democrático e plural, autogestionado, ainda em 2016, denunciava (Nota pública n. 39, de 1º de abril de 2016, "Em Defesa da Educação Pública, da Democracia e do Estado de Direito") que "Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe e implicará em risco à consagração dos direitos sociais". É o que ocorre até agora, desde de Temer e com Bolsonaro, que não valorizam a participação da sociedade, tampouco promovem ampliação de direitos, inclusive educacionais, ao contrário, retiram, destroem, corroem.

Ressaltamos que o FNPE, realizou em 2018 uma Conape vitoriosa, vigorosa e com uma legítima e consistente plataforma de lutas, compatível com a educação pública que almejamos. Tornou público, mais recentemente, um Documento de Referência que está inspirando inúmeras conferências pelo país, a favor de mais direitos e contra os retrocessos e desmontes. São conferências populares, que se constituem sob o horizonte estratégico de **reconstruir o país, retomar o Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular**, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es.

Para o FNPE e a Conape, portanto, nossa luta se expressa no lema "*Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire*". Em nossa avaliação, esta matriz-movimento é incompatível com o atual governo, o atual FNE e a atual Conae, razão pela qual avaliamos incompatível emprestar apoio político e institucional à sua realização.

Por força da Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, aprovada pelo Congresso Nacional, Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira. Para ele, "*O máximo que faz a liderança autoritária é o arremedo de democracia*". Não estamos em movimento para construir arremedos e arranjos em relação à construção do país e da educação que sonhamos e lutamos.

Na data em que celebramos o Centenário de Paulo Freire nossa manifestação é em favor de um país e de uma educação radicalmente democráticos, que não comporta o engajamento em uma Conae submissa e silenciada por um governo.

**Todas, Todes e Todos construindo a Conape 2022**, cuja etapa nacional se realizará entre os dias 15, 16 e 17 de julho de 2022, em Natal, Rio Grande do Norte, com legitimidade, representatividade, pluralidade, ânimo e vigor militante.

**19/09/2021**

Centenário do Patrono da Educação Nacional, Paulo Freire